

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.

Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

Ha nas sociedades, ainda mesmo aquellas, que se podem gloriar de um maior gráo de illustração, certas opiniões, a que não se póde assignar causa certa; e que bem examinadas, deviam os povos pensar o inverso do que pensam. Assim, por exemplo, em quanto um criminoso ordinario é olhado com aversão, o criminoso politico é sempre olhado com certa especie de consideração; e sempre sem ao menos se fazer distincção dos motivos, que o dirigiram. Por que algumas vezes os motivos, que produzem os crimes politicos, certamente são filhos de uma convicção intima do bem; e então alguma contemplação podem merecer os delinquentes; mas ordinariamente taes crimes só provém do desejo de obter riquezas, e de saciar paixões; quasi sempre de uma ambição desenfreada, que tudo julga licito para conseguir seus fins. Se pois no primeiro caso, um sentimento menos criminoso, por assim dizer, dirige o delinquente, no segundo e terceiro não ha differença alguma entre elle e aquelle, que na estrada arranca a bolsa ao pacifico caminhante. . . . enganamos-nos: ha differença, mas não é em favor do delinquente politico.

Os crimes ordinarios não produzem os crimes politicos; os crimes politicos trazem a poz si como consequencia necessaria os crimes ordinarios. Os crimes ordinarios perturbam a ordem social: um assassinato, um roubo faz estremecer a cada um pela sua vida, e propriedade, mas por isso cada qual se acautela mais; os crimes ordinarios não corrompem a sociedade. Mas os crimes politicos, esses começam por corromper a ordem social, para depois a perturbar. De modo, que os crimes politicos são criminosos por si, e pelos ordinarios, que trazem consigo: os crimes ordinarios quasi sempre vem isolados; os politicos, nunca.

Temos a experiencia em casa. Como é que se prepara uma rusga? Começa-se por atacar todas as autoridades, por calumniar-as tanto quanto é possível: e depois das autoridades vai-se ás leis, por cuja virtude existem. Em quanto uma nação respeitar suas autoridades, e as leis, em quanto respeitar suas instituições, póde haver certeza, de que não haverá nella uma mudança politica: o primeiro passo por tanto a dar, é tirar todo o prestígio a essas instituições; e logo que não sejam respeitadas, tudo está feito: é o edificio cujos alicerces estão solapados; basta empurrar-o com a mão, que cahirá em terra. Der-

rocado o edificio, o que fica? outro por ventura, que o substitua? em palavras póde ser, mas em realidade, nunca. O povo perdeu o respeito ao que de tantos annos venerava, como o terá á aquillo, que pela primeira vez se lhe apresenta? Não, não é possível: uma vez perdido, é necessario longo tempo para voltar.

E qual é o paradeiro destes crimes? qual? vêde-o na historia de todas as nossas rebeliões: no Pará, no Maranhão, em Minas, em S. Paulo, no Rio Grande, para não fallarmos de outros movimentos menores, que tem apparecido em todo o imperio. O paradeiro de todas é pelo menos o derramamento de muito sangue innocente. Quantas victimas pereceram em cada uma dessas provincias? E para nós entendemos, que tão criminoso é o assassino individual, aquelle, que só, espera a outrem, e o manda desta para melhor vida, como aquelle, que vai acompanhado de vinte, quarenta, mil individuos: todos tiram a vida com conhecimento de causa e liberdade. E se ainda ha alguma differença, tambem não é em favor do réo politico, que conta com a impunidade, entretanto que o outro sabe quanto arrisca.

Se eu mato para obter o emprego, que na ordem geral da sociedade não conto obter, não faço o mesmo que aquelle, que assassina, para obter a bolsa, que não esperava obter por outro modo? Um quer só dinheiro, o outro quer todos os prós de um pingue emprego; um quer talvez com que satisfazer grosseiros appetites, entretanto que o outro quer com que mostrar dourados galões, fazer clientella, vingar-se daquelles, que lhe embargavam o passo. Qual é a differença? Em favor do réo politico nem-uma.

Um só caso ha, e é quando o réo politico commette o crime levado por um ardente desejo de fazer o bem; quando se convence intimamente, de que lhe não resta outro recurso. E' então como o cirurgião, que tentou a operação, mas que foi mal succedido, nem por isso póde ser chamado assassino, nem ser com assassinos confundido. Mas desses são raros; mais que raros; rarissimos.

Se a pena deve ser conforme á grandezza do crime; se a aversão da sociedade ao delinquente é tambem uma pena; os criminosos politicos devem ser muito mais odiados, que os criminosos ordinarios. A perturbação momentanea da sociedade, é um mal muito menor, que a sua desmoralisação: para mostrar-o basta notar, que a desmoralisação arrasta consigo todos os outros crimes, e a sua impunidade.

CANDIDATO A SENATORIA.

Um artigo, que em um de nossos numeros anteriores escrevemos sobre este objecto, produziu alguns effeitos, se não tanto quanto desejavamos, ao menos bastante para vermos que nossas palavras não foram de todo inuteis: o Sr. Saturnino de Sousa e Oliveira Coitinho julgou-se obrigado por elle a fazer sua declaração publica, de que com effeito procura votos para senador. Agradecemos muito a S. Exc. esta declaração, por que é um passo dado na ordem constitucional: os candidatos aos logares electivos devem ser francos, devem apresentar-se ao publico, para que se possa emittir discussão sobre o seu merito: aquelles, que procuram votos, por traz da cortina, mostram receios de se apresentar, e por consequencia, que de si mesmos desconfiam. O candidato, que busca eleições por traz de cortinas, é como o parlamentar que desprezando as armas da tribuna e da imprensa, que lhe franqueou o systema representativo, vai fazer ligas com pessoas, que a constituição não reconhece, para promover a intriga, e por meio desta triumphar, derribando seus adversarios. O primeiro é cavalleiro franco e leal; o segundo é miseravel cobarde, que procura ferir á traição.

Não examinaremos agora, se a publicação do Sr. Saturnino de 11 de novembro incluia tambem, ou deixava entender a sua renuncia ao logar de senador, deixaremos as palavras, que se acham na sua correspondencia inserta no *Jornal do Commercio* de 6 de novembro p. p., em que S. Exc. parece dizer, que aspira a cadeira senatoria em remuneração dos serviços gratuitos, que tem prestado á nação, parecendo querer o logar por via dos emolumentos: suppomos isso lapso de penna, e só fazemos o reparo para que o nobre candidato seja um pouco mais reflectido no que escrever.

Lamentamos, que S. Exc. não seja tão explicito como desejavamos: declarando-se publicamente candidato, dissemos nós, que seria preciso saber-se qual a sua profissão de fé, e se é como ministerialista ou opposicionista, que se apresenta. Tanto o Sr. Saturnino entendeu, que esta era a nossa exigencia, e tão justa a achou, que com effeito disse muito á respeito; mas nesse muito dizer nada disse. Diz que a sua profissão de fé, reduz-se a legalidade, ordem, e monarchia. Isto é muito vago: ainda até hoje ninguem levantou o grito — desordem, illegalidade —: e seria muito admiravel, que alguém dissesse — republica — quando procura ser senador do imperio. Tambem os Tobias em Sorocaba, e os José Felicianos e Ottonis em Minas, diziam — ordem, legalidade, monarchia. — Será a mesma a bandeira do Sr. Saturnino? Não queremos dizer que o é: mas affirmamos, que as suas palavras nada dizem: são demasiadamente elasticas para darem logar a muitas interpretações.

Não confundimos o Sr. Saturnino com os rebeldes: mas desejavamos, que elle mesmo se não confundisse, e por consequencia, que não fosse tão vago. Quando dissemos, que desejaríamos conhecer os principios de S. Exc. se era ministerial ou opposicionista, ou se pertencia a algum terceiro partido, não cuidavamos que bastasse uma generalidade para satisfazer o publico. Desejavamos que o nobre candidato nos dissesse, se vai sustentar os principios, que sustentaram os rebeldes, e já contavamos com a sua negativa; se vai sustentar os principios, que sustenta o gabinete, ou se pretende sustentar outros. Diz o nobre candidato, que é o Sr. Saturnino, e não

outro; e ficamos na mesma: mas o que é o Sr. Saturnino em politica, no momento actual, á respeito do ministerio?

A posição do Sr. Saturnino é muito delicada, e cuidamos, que elle mesmo não a comprehende bem. Chefe da segunda repartição financeira da corte (pois que a primeira é o thesouro), deve por isso entender-se, que está na mais perfeita harmonia com o gabinete: mas é isso assim? eis aqui o que categoricamente desejamos respondido. *Ego sum qui sum* — é sublime, porem é na bocca de quem é. Quero ser contemplado como quem sou, pôde muito bem caber na bocca de algum chefe de partido; por exemplo do Sr. Honorio, ou do Sr. Limpo em 1839 e 1840, por que, chefes dos dous lados, em que se achava dividida a camara dos deputados, eram bastante conhecidos, e bastante distinctos, para que se apresentassem isolados; mas a vida parlamentar do Sr. Saturnino acha-se interrompida ha bastante tempo; e, quando foi deputado, tão proeminente não foi, que suas opiniões existam registadas na memoria de todos. De mais: bastante tempo é já passado; e o dia 23 de julho de 1840 trouxe uma grave mudança, para que hoje se possa contar, que as opiniões do nobre candidato não tenham soffrido modificação.

Repetimos o que anteriormente dissemos: entendemos que o Sr. Saturnino está nas circumstancias de ser candidato, e mesmo de obter a cadeira senatoria; mas carecemos saber, quaes os principios, por que se apresenta armado. Contra o ministerio, ou pelo ministerio? E se contra o ministerio por um terceiro partido, ou pelos Tobias e Ottonis? Dissemos que não havia terceiro partido: mas ignoramos, se S. Exc. o quer symbolisar, se quer arvorar o pendão: mais claro: se viria trabalhar para que os ministros actuaes fossem substituidos por outros; se assistiria impassivel a qualquer luta, que se travasse contra elles, se os guerrearia, ou se os apoiaria, nos negocios, de pura confiança, se entende. Nossas exigencias provem de que geralmente se diz, que o Sr. Aureliano se acha ligado com os chefes da opposição. Ora, o Sr. Aureliano e o Sr. Saturnino, alem de irmãos, são intimos amigos, o que é digno de todo o elogio. Esta intimidade influirá tambem na politica, se é certo o que se diz do Sr. Aureliano? Eis a causa de todos os nossos escrúpulos. Faça o nobre candidato uma declaração franca a este respeito: nossa exigencia é só sobre materias de confiança, que no mais, não exigimos sacrificios da consciencia de ninguem.

AS REBELLIÕES.

Derrotado a primeira vez, ainda voltou ao combate o cavalleiro da triste figura; e razão teve, por que se da primeira vez foi vencido, pôde da segunda ser vencedor: a sorte das armas é vária: uma nihilidade decide muitas vezes a victoria. Eil-o-ahi pregando novamente a sua doutrina, de que as rebelliões formam a base do systema social. Mas como da primeira vez se achou descoberto com o emprego da palavra rebellião, desta, pergunta se rebellião e revolução não é a mesma cousa, sendo que, segundo elle, só o resultado as faz differencar. Aqui assenta nosso primeiro reparo. Se ambos os termos significam o mesmo no dictionario do contemporaneo, mas se o uso diz, a revolução de Inglaterra, a revolução de França, a revolução de Suetia, por que razão dirá o collega a rebellião de França, de Inglaterra, da Sue-

cia? Uma de duas: ou entre os vocabulos ha alguma differença, ou o contemporaneo se quer fazer singular adoptando termos novos para exprimir idéas velhas. Cremos que o contemporaneo tomou exemplo das modistas, que quando não podem vender uma fazenda, embrulham-a em papel novo, dão-lhe nome novo, e lá a mandam correr mundo, que logo chovem os freguezes.

Que differença ha entre revolução e rebellião? Pois o contemporaneo não o sabe? A revolução diz mudança, a rebellião, diz emprego e uso de força: a simples etymologia das palavras diz isto; e o contemporaneo não o sabe? A revolução é o movimento geral de um povo, para mudar todas ou parte de suas instituições: então não ha necessidade do emprego da força, por que a força reside no povo. A rebellião é um movimento parcial, e que carece do auxilio da força para se sustentar. A revolução é acção, a rebellião é ordinariamente resistencia. A rebellião pôde acabar em revolução, a revolução triumphu sempre, a menos que forças estrangeiras a não venham suffocar, como aconteceu em Napoles e na Hespanha. A revolução muitas vezes se opera insensivelmente, e é quando seu triumpho é mais seguro; a rebellião, nunca.

Aqui tem o bravo cavalleiro da triste figura, que tão triste o faz em todos os debates em que se empenha, razão por que assim o appellidamos, e não por que lhe coñheçamos a cara, pois que o *Nacional* tem mais caras, do que Protheo podia ter, aqui tem, dizemos, as differenças, que distinguem a rebellião, da revolução.

Tem por fim as revoluções mudar alguma coisa nas instituições: a palavra seria inteiramente inadequada, se assim não fosse. Se quizessemos fazer a applicação ao Brasil, teriamos de perguntar o que quizeram mudar os homens de Sorocaba e Barbacena? Vejam bem: quizeram esses homens sómente conservar, ou quizeram mudar? Revolver para conservar é a contradicção mais manifesta, que se pôde dar. E se queriam revolver, o que é que queriam?

Mas continuemos com a these. Que as revoluções são absolutamente necessarias, consideradas como movimentos, isso ninguem o pôde duvidar; mas é necessario saber que revoluções. Se os povos não estivessem em revolução constante, isto é, em movimento, continuaríamos a conservar-nos sempre no ponto da partida: nossos costumes, nossos usos, tudo quanto é nosso, seria o mesmo que foi de nossos pais, de nossos avós, de nossos bisavós: mas que a rebellião seja mola social, é o que o simples bom senso indica ser absurdo. A rebellião traz o silencio geral, menos o das armas; no meio destas outras cousas se não houve. A resistencia individual pôde ser um direito, por que dahi não resulta mal algum á sociedade; mas a resistencia em massa nunca pôde ser direito, por que traz apoz si as mais funestas consequencias. Depois de empenhadas as armas, quem pôde dizer qual é a meta em que hão de parar?

E quem hade ser o juiz nessa contenda: os que resistem, ou aquelles a quem se resiste? Vêde bem a difficuldade, em que ficamos collocados. Diz-se: as rebelliões são justificadas, quando ha graves males: queremos dar-vos isso: mas não confessais vós mesmos, que as rebelliões são remedios violentissimos, fecundos em males? E quereis estabelecer similhantes remedios, como base da organização social?

A resposta a todas as doutrinas do *Nacional* está em muito poucas palavras. Não tem elle dito falsamente,

que tentamos rebellar-nos no Ceará? E não tem tantas vezes estigmatizado essa tentativa, que figurou em sua escaldada imaginação? Como pois elogia aquillo mesmo, que condemna? Se a rebellião é um direito, nós que não somos ilotas, que não somos escravos, que somos tão cidadãos como vós, temos tambem o direito de rebellar-nos, e então deveis elogiar esse fingido movimento do Ceará. Mas, se não tivemos o direito de empunhar as armas no Ceará, então como ha alguém que tenha esse direito?

Certamente nunca vimos tanta somma de paradoxos e absurdos, como são os que se sustentam para defender as rebelliões de Sorocaba e Barbacena. Tudo foram serviços á patria! Lembra-nos, que o Sr. Hollanda dizia no senado, que, se fosse ministro, tambem mandava forças contra os rebeldes; mas a imprensa vai muito mais longe, que a tribuna: quer considerar esses movimentos como grandes actos de virtude, e por tanto quer, que os seus autores sejam premiados! E em uma sociedade, onde taes doutrinas são sustentadas, o que se pôde esperar?

ASSASSINATO DO SR. AZEVEDO.

O Sr. Azevedo, objecto especial da sanha de alguns individuos, acaba de vêr em risco a sua vida, sendo procurado por tres pretos para ser assassinado, na noite de domingo para segunda feira. Até agora o assassinato na provincia do Rio de Janeiro se tinha limitado ao Arrozal, Pirahy, e logares proximos: agora descem a serra, e vem approximando-se á côrte; já se acha em Nietheroy!

Esta tentativa mostrou os receios, em que estão os inimigos do Sr. Azevedo, de que appareça a verdade: querem triumphar; e seu grande principio é — vença-se a todo o custo. — A moralidade de individuos, que recorrem a taes meios, fica patente.

Não tardarão em dizer, que tudo é patranha, e invenção: veremos: já temos os ouvidos promptos.

Os homens, que armam pretos para tirar a vida a alguém, sabem o que fazem? Sabe-o aquelle que tem pretos? Impossivel é que o não saiba; mas tambem impossivel é maior atrocidade. Attendam bem esses malvados: vivem no meio de pretos, e preparam a sua sorte. Quando quizerem emendar a mão, será tarde. Se hoje fazem victimas, algum dia podem ser victimas.

O SR. FEIJÓ EM O — NACIONAL.

Houve um homem no Brasil, que um partido fez seu instrumento; que algumas qualidades boas teve como cidadão, e que immensos males fez ao paiz, como homem publico. Este homem foi o Sr. Diogo Antonio Feijó, o ministro que ousou armar os cidadãos contra a representação nacional, que ousou conceber e propor, que a camara dos deputados se convertesse em constituinte; que ousou, depois de sahido do poder, escrever o *Justiciero*: que, regente, ousou governar contra a opinião geral do paiz, e não podendo vencel-a, não só ousou fazer propor a alteração da lei da regencia, porem mais: ousou demittir-se do alto emprego que occupava, tendo feito preparar uma rebellião na Bahia, para onde fora organisal-a o patriota Bento Gonsalves, tirado para isso das prisões do Rio de Janeiro, e que em recompensa recebeu passaporte franco para o Rio Grande: o homem, que ainda assim foi agraciado pelo monarcha com uma gram-cruz, mas que, menos de um anno depois ousou rebellar-se, querendo privar esse mesmo monarcha da faculdade de nomear

demittir livremente os altos funcionarios do Estado, e querendo que o governo commettesse um crime, não executando duas leis votadas, e sancionadas pelas autoridades competentes. Este homem é fallecido. Queriamos poupar as suas cinzas; queriamos esquecel-o para sempre. Mas o *Nacional* nos desafiou; atirou-nos a luva, elevando ás nuvens esse mesmo homem, que sem instrução ousou encarregar-se da direcção dos negocios publicos, quando um terço era passado do seculo 19! Tão inepto, que escreveu aos reis da Europa intitulado-se *seu primo!*

Acceitaremos esse desafio? Ainda hoje não estamos resolvido. Não recusamos o combate; sabemos a vida publica do Sr. Feijó desde o seu principio, isto é, desde que foi deputado em Lisboa; já então viçiamos: mas não remecheremos suas cinzas ainda; ainda as deixaremos em paz. Mas se formos outra vez provocado, então saliremos a terreiro. O esquecimento do passado tem sido sempre para nós uma lei, que temos procurado observar; mas circumstancias ha, que nol-a tem feito transgredir. Não consentiremos, que se tente impunemente desvairar a opinião publica.

O Sr. Feijó é morto; não o queiram fazer reviver.

REPARTIÇÃO DA MARINHA.

O Sr. Torres tem nestes ultimos tempos dado tal attenção á repartição, á cuja frente se acha, que sobre maneira attesta o seu zelo pelo serviço publico. E' para as despesas sobre tudo que tem olhado, e varios processos se tem intentado de responsabilidade por motivo d'ellas. O publico desta capital deve ter ouvido fallar em o foubro de um apontador, que foi descoberto n'ho arsenal: não só por esse factó está em processo esse apontador, como tambem estão o inspector e seu ajudante, o intendente, o contador, o mestre da officina de pedreiro, o thesoureiro e o escrivão deste. Estamos bem persuadido, que nem todos estão criminosos; todavia como a lei responsabilisa os superiores pelas faltas dos inferiores, todos responderão para se saber a parte maior ou menor, que lhes cabe nesse negocio.

Como o factó se passa aqui na cõrte, nada mais adiantamos para não prevenir a acção da justiça.

Tambem se acha respondendo á concelho de guerra o ultimo inspector do arsenal de marinha do Maranhão, por ter excedido as consignações; que lhe foram marcadas. E' esta medida de extrema necessidade, para que os orçamentos não sejam uma hurla. Circumstancias ha em que é preciso gastar mais; porem nesse caso, quem faz a despesa deve justificar a necessidade, que teve de a fazer. Cremos, que neste caso se acha esse ex-inspector, que não é accusado de delapidações ou malverações.

Consta-nos, que mais alguns conceihos se tem mandado formar, ou processos organizar.

O Sr. Torres foi sempre conhecido por seu zelo pela economia: seus maiores inimigos o não desconhecem, e até o confessam; praza a Deos, que tenha tempo de levar á vante a sua obra, e que não venha alguma pedra atirada sem que se saiba por quem, que obrigue a palear em meio de sua carreira.

O SR. AZEVEDO.

A imprensa facciosa da cõrte está muito zangada, por que o Sr. Azevedo tem obtido grande maioria nos colle-

gios eleitoraes, e recorre a toda a sorte de calumnias, e inventos para explicar este factó. E se quizesse, escusava de ter tanto trabalho. Parece, que os eleitores representam a provincia: até aqui cuidamos, que não ha duvida. Ora, a provincia do Rio de Janeiro, querendo dar um desmentido aos sete jurados da cõrte, e querendo mostrar, que nem acredita nos caluniosos boatos espalhados contra esse probo magistrado, nem faz caso da potencia, que o persegue, tem dado a prova, que nesta occasião podia dar. Para que recorrer a outra explicação, se esta é tão comensinba, e tão verdadeira? Por ventura os eleitores da provincia do Rio de Janeiro são iguaes á alguns dos que aqui foram feitos á cacete em 1840, que para poderem apparecer no collegio eleitoral, pediam uma casaca emprestada?

Censura a facção, que um individuo em Itaguahy pedisse votos para o Sr. Azevedo: e por ventura sabe alguém eleito, sem que votos sejam pedidos em seu beneficio!

SÃO MISERAVEIS.

Por ventura os eleitores da provincia do Rio de Janeiro não serão homens todos respeitaveis? Na actual eleição provincial tem elles dado mostras de sympathia pelos principios, por que actualmente se dirige a administração: não valerá nada essa demonstração? E se é devida a influencias, e rogos, não valerá nada a administração, que exerce tal influencia sobre tanta gente respeitavel?

Por que razão não teve o ministerio de 1840 a mesma influencia? Esta é a nossa moína. Por que razão fostes vencido em 1840, e hoje não podeis vencer? Nem no poder nem fora do poder: logo miseraveis.

PRESIDENCIA DO COLLEGIO DE NICTHEROY.

Tentou o Sr. Caetano Luiz Machado disputar a presidencia do collegio eleitoral ao Sr. João Caldas Vianna: fez chamar por meio de rogos seus e de seus amigos, alguns eleitores de fóra para o auxiliarem. Apesar disso venceu o Sr. Vianna com grande maioria!

AINDA O SR. AZEVEDO.

O Sr. Azevedo foi o candidato mais votado do collegio eleitoral de Nictheroy: foi por que o governo pediu, diz o *Pharol*. E por que teve tambem tantos votos o Sr. Caetano Luiz Machado? Se os eleitores em um votaram por pedido, não votariam em ambos? e se foram independentes para um, não o foram para outro? Que miseravel é a tal imprensa da facção!

ITALIA.

Continuam as discordias na peninsula trans-alpina: começaram nos Estados pontificios, mas hoje se estendem a Napoles e ao Piemonte. Os Estados austriacos na Italia se acham ameaçados, e por consequencia cedo terá logar a interferencia dessa potencia.

RIO GRANDE.

Correm boatos sobre uma correspondencia apanhada entre alguém da cõrte e Bento Gonsalves. Se alguma coisa soubermos positivo, o diremos a nossos leitores. Tome o governo cuidado! Os negocios do sul tem ido bem, por que os rebeldes foram combatidos no Rio de Janeiro; tem ido bem, por que Bento Gonsalves e Cabanarro suppozeram vencidos os seus alliados da cõrte; mas se elles apparecem novamente em campo, o Rio Grande ainda pôde dar cuidados. O Rio Grande, pôde dizer-se pacificado: mas a guerra pôde rebentar de um dia para outro.